

Lei 13.415/2017: Novo Ensino Médio E Seus Impactos Para A Educação No Brasil

Tais Fabiola Gonçalves

Mestranda Em Gestão Educacional (Unisinos)

Teodoro Antunes Gomes Filho

Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos (Unisinos)

Leiliane De Carvalho Cordeiro

Universidade Federal Do Pará

Hyasnaia Luanna Barros De Oliveira Silva Lima

Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte

José Leonardo Diniz De Melo Santos

Universidade Federal Rural De Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco

Cliciano Vieira Da Silva

Musty University

Charles Bronne Da Silva De Araujo E Souza

Universidade Estadual De Maringá (Uem)

Magno Fernando Almeida Nazaré

Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Maranhão -Ifma. Av. Getúlio Vargas,

Marquinhos Hartwig Bichler

Universidade: Unirv - Universidade De Rio Verde

Resumo:

O estudo conduzido neste trabalho objetivou analisar os impactos do novo ensino médio para a educação no Brasil, utilizando uma abordagem metodológica de revisão integrativa. A pesquisa ocorreu através do levantamento de artigos nos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo, combinando palavras-chave e operadores booleanos para uma busca abrangente. Critérios de inclusão foram aplicados na seleção dos artigos, resultando em uma amostra final composta por três estudos que atendiam aos requisitos estabelecidos. Os resultados revelaram uma série de desafios na implementação da reforma, incluindo falta de participação das comunidades escolares, desigualdade na oferta de itinerários formativos e insuficiência na qualificação profissional oferecida aos estudantes. Além disso, os estudos destacaram a presença de atores privados na implementação da reforma, suscitando preocupações sobre os interesses envolvidos e os possíveis impactos na qualidade e equidade da educação. Em conclusão, os autores apontam para a necessidade de uma abordagem crítica e engajada na defesa de políticas educacionais que priorizem a qualidade, equidade e participação democrática, enfatizando a importância da resistência histórica da classe trabalhadora e a superação das estruturas do capitalismo dependente para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

Palavras-chave: *Lei 13.415/2017; Novo ensino médio; Educação.*

Date of Submission: 09-06-2024

Date of Acceptance: 19-06-2024

I. Introdução

Nos últimos anos, o sistema educacional brasileiro tem passado por significativas transformações, refletindo a busca contínua por aprimoramento e adequação às demandas do século XXI. Nesse contexto, a promulgação da Lei 13.415/2017 marcou um marco importante no panorama educacional do país. Esta legislação, que instituiu o novo ensino médio no Brasil, foi recebida com atenção e expectativa tanto por educadores quanto pela sociedade em geral. Ao longo das últimas décadas, diversas críticas em relação à estrutura e qualidade do ensino médio foram levantadas, evidenciando a necessidade premente de reformas que visem à melhoria do sistema educacional como um todo (Branco et al., 2018).

A Lei 13.415/2017 representa uma tentativa do governo brasileiro de responder a essas demandas por mudanças, propondo uma série de alterações significativas na organização curricular e no funcionamento do ensino médio. Por meio dessa legislação, buscou-se promover uma educação mais flexível e alinhada às necessidades dos estudantes, oferecendo-lhes maior autonomia na escolha de seus percursos formativos. Além disso, a reforma do ensino médio também visou a integração de conteúdos e práticas que aproximem os estudantes do mundo do trabalho, preparando-os para os desafios e oportunidades do mercado atual (Nahirne; Boscaroli, 2023).

Contudo, as mudanças propostas pela Lei 13.415/2017 não estão isentas de desafios e controvérsias. A implementação do novo ensino médio tem sido objeto de debates intensos entre especialistas, educadores, estudantes e demais atores envolvidos no sistema educacional. Questões relacionadas à infraestrutura das escolas, formação dos professores, equidade de acesso e qualidade do ensino são apenas algumas das preocupações levantadas em relação ao processo de implementação da reforma. Diante desse cenário, é fundamental uma análise criteriosa e um acompanhamento atento das políticas educacionais em curso, a fim de garantir que as mudanças propostas contribuam efetivamente para a melhoria da educação no Brasil (Rocha; Muniz; Christófar, 2022).

Frente ao exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar os impactos do novo ensino médio para a educação no Brasil. Espera-se que os resultados desta pesquisa forneçam subsídios teóricos e práticos para uma compreensão mais aprofundada dos efeitos da implementação da Lei 13.415/2017 no sistema educacional brasileiro. Ao investigar os desdobramentos dessa reforma, pretende-se contribuir para o debate em torno das políticas educacionais em curso, fornecendo insights que possam orientar tanto a formulação quanto a implementação de medidas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino médio no país.

II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa. Para o levantamento de dados, foram utilizados os bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo. Durante a busca, palavras-chave específicas e descritores de busca foram combinados com operadores booleanos (AND e OR) para garantir uma busca abrangente e precisa, abarcando toda a gama de informações relevantes sobre o tema.

Além disso, critérios de inclusão foram aplicados durante o processo de seleção dos artigos. Foram incluídos apenas artigos científicos de origem brasileira, escritos em língua portuguesa, completos e disponíveis gratuitamente. Os artigos deveriam estar associados ao tema da pesquisa e terem sido publicados no período entre 2020 e 2023. Outros tipos de estudos, como teses, resumos de congressos e relatórios técnicos, foram excluídos para manter o foco na análise de artigos científicos relevantes e robustos.

A análise de dados foi realizada em duas etapas distintas. Na primeira etapa, foram feitas leituras dos títulos e resumos dos artigos identificados na busca inicial, a fim de verificar sua relevância e adequação aos critérios de inclusão estabelecidos. Na segunda etapa, os artigos selecionados na primeira fase foram lidos na íntegra para uma análise mais detalhada, permitindo a identificação de informações relevantes para a pesquisa. Ao final do processo, uma amostra final composta por três artigos científicos que atenderam aos critérios de inclusão foi selecionada para análise e síntese dos resultados.

III. Resultados E Discussões

Como resultado, foram selecionados três artigos científicos, conforme evidencia o quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados

Autores	Objetivo	Metodologia	Conclusão
Cássio e Goulart (2022)	Analisar os impactos da implementação do novo ensino médio	Pesquisa bibliográfica	A reforma do ensino médio no Brasil, instituída pela Lei 13.415/2017, prometia flexibilizar o currículo, ampliar a carga horária e qualificar profissionalmente os estudantes. No entanto, a implementação revelou desafios: falta de participação das comunidades escolares na elaboração do currículo, desigualdade na oferta de itinerários formativos, benefícios limitados das escolas em tempo integral para os mais vulneráveis e qualificação profissional insuficiente. A presença de atores privados na implementação levanta

			questionamentos sobre os interesses envolvidos. A revogação da lei é vista como necessária para interromper os efeitos negativos e construir um ensino médio verdadeiramente democrático e equitativo.
Andrade e Motta (2020)	Analisar o novo ensino médio e suas implicações na educação brasileira à luz de Florestan Fernandes	Pesquisa bibliográfica	O novo ensino médio no Brasil, junto com outras medidas de contrarreforma, reflete uma agenda que desmantela conquistas educacionais e a dimensão social da Constituição de 1988. Essas ações, operadas pelo alto, são vistas como perversas e antidemocráticas, reforçando a posição subordinada do Brasil na divisão social do trabalho. A resistência histórica da classe trabalhadora e a luta por uma educação de qualidade são destacadas, enquanto se reafirma a necessidade de vincular a luta contra essas medidas à superação do capitalismo dependente.
Costa e Silva (2019)	Analisar as mudanças oriundas do novo ensino médio	Pesquisa bibliográfica	A reforma do ensino médio, em particular, é vista como desvinculada da realidade brasileira, favorecendo interesses econômicos e políticos em detrimento da qualidade e da diversidade educacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é criticada por favorecer a privatização da educação, padronizando o ensino em benefício de empresas e fundações privadas, em detrimento das universidades públicas e da democratização do ensino. Essas reformas são percebidas como ameaças à qualidade e à democratização da educação, especialmente para os jovens mais vulneráveis socialmente.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O artigo de Cássio e Goulart (2022) oferece uma análise crítica e detalhada sobre os desafios enfrentados na implementação da reforma do ensino médio no Brasil, destacando as lacunas e problemas que surgiram ao longo desse processo. A partir de uma abordagem fundamentada em referenciais teórico-críticos, os autores examinam questões como a falta de participação das comunidades escolares na elaboração do currículo, a desigualdade na oferta de itinerários formativos, os benefícios limitados das escolas em tempo integral e a insuficiência da qualificação profissional oferecida aos estudantes.

Além disso, o artigo levanta preocupações em relação à presença de atores privados na implementação da reforma, suscitando reflexões sobre os interesses envolvidos e os possíveis impactos na qualidade e na equidade da educação. Nesse sentido, os autores argumentam que a revogação da Lei 13.415/2017 é vista como uma medida necessária para interromper os efeitos negativos e promover uma educação média verdadeiramente democrática e equitativa.

O artigo de Andrade e Motta (2020) oferece uma análise crítica e abrangente sobre o impacto do novo ensino médio no contexto das contrarreformas educacionais implementadas no Brasil. Situando essas reformas dentro do panorama histórico e social do país, os autores destacam a posição subordinada do Brasil na divisão global do trabalho, o que ajuda a entender as motivações por trás das reformas educacionais. Caracterizam essas medidas como sendo operadas de cima para baixo, com um caráter perverso e antidemocrático, evidenciando a falta de participação popular nas decisões educacionais e levantando preocupações sobre os interesses envolvidos na formulação dessas políticas.

Uma ênfase significativa do artigo recai sobre a resistência histórica da classe trabalhadora brasileira, destacando seu papel na defesa dos direitos educacionais e na luta por uma educação de qualidade. Os autores ressaltam a importância do engajamento político e da organização social na promoção de mudanças progressivas na educação. Além disso, argumentam que a luta contra as medidas de contrarreforma não deve ser dissociada da necessidade de superar as estruturas do capitalismo dependente. Eles enfatizam a importância de uma abordagem mais radical que busque transformações profundas nas relações sociais e econômicas para alcançar uma educação verdadeiramente democrática e equitativa.

Na perspectiva de Marx (2013), a análise da educação como mercadoria e a alienação dos indivíduos dentro desse contexto são fundamentais para compreender as críticas apresentadas nos artigos de Cássio e Goulart (2022) e de Andrade e Motta (2020) sobre as reformas educacionais no Brasil.

Primeiramente, a educação como mercadoria é um conceito central na crítica marxista. Isso significa que, em sistemas capitalistas, a educação muitas vezes é tratada como uma commodity, ou seja, como um produto que pode ser comprado e vendido no mercado. Essa visão coloca a educação não como um direito universal, mas como um serviço que pode ser acessado de acordo com a capacidade de pagamento das famílias ou das políticas governamentais. Isso pode resultar em desigualdades significativas na qualidade e no acesso à

educação, como apontado nos artigos mencionados, onde há críticas à privatização e à influência de atores privados nas políticas educacionais.

A alienação, por sua vez, refere-se à condição na qual os indivíduos se sentem desconectados ou distantes do trabalho que realizam e dos produtos de seu trabalho. No contexto educacional, a alienação pode ocorrer quando os estudantes, professores e comunidades escolares não têm voz ou participação significativa nas decisões que afetam diretamente suas vidas educacionais. Isso é destacado nos artigos ao mencionar a falta de participação das comunidades escolares na elaboração dos currículos e na implementação das reformas educacionais.

Os artigos também abordam a subordinação do sistema educacional às dinâmicas globais do capitalismo, onde as reformas são frequentemente impostas de cima para baixo, sem considerar as necessidades e realidades locais, contribuindo para uma educação que não necessariamente atende aos interesses da maioria da população. Isso reflete uma estrutura antidemocrática e desigual na qual as decisões educacionais são moldadas por interesses econômicos e políticos que não priorizam o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Portanto, tanto Cássio e Goulart quanto Andrade e Motta oferecem uma crítica fundamentada sobre como as políticas educacionais podem perpetuar a alienação e reforçar a educação como mercadoria, ao invés de promover uma educação verdadeiramente democrática, equitativa e emancipatória, conforme proposto pela perspectiva crítica marxista. Os autores apontam para a necessidade de uma transformação radical nas estruturas sociais e econômicas para alcançar uma educação que não apenas prepara os indivíduos para o mercado de trabalho, mas que também os capacita a participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O texto de Costa e Silva (2019) oferece uma visão crítica da reforma do ensino médio no Brasil, destacando a percepção de que essa reforma não está alinhada com a realidade do país. Em vez disso, é vista como favorecedora de interesses econômicos e políticos, em detrimento da qualidade e da diversidade educacional. A crítica à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é central, sendo apontada como um instrumento que promove a privatização da educação ao padronizar o ensino em favor de empresas e fundações privadas.

A ênfase na privatização é destacada como uma ameaça à democratização do ensino e à qualidade da educação, especialmente para os jovens mais vulneráveis socialmente. Essas reformas são percebidas como parte de um movimento mais amplo de desmantelamento das conquistas educacionais e da diminuição do papel das universidades públicas. Ao destacar esses pontos, o texto ressalta a importância de uma abordagem crítica e engajada na defesa de uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva.

IV. Conclusão

Em síntese, os artigos analisados oferecem uma perspectiva crítica sobre a implementação da reforma do ensino médio no Brasil e suas ramificações dentro do contexto mais amplo das políticas educacionais do país. Eles destacam uma série de desafios enfrentados nesse processo, desde a falta de participação das comunidades escolares na elaboração do currículo até a presença de atores privados na implementação das reformas, suscitando questões sobre os interesses envolvidos.

Uma preocupação comum entre os autores é a percepção de que as reformas educacionais favorecem interesses econômicos e políticos em detrimento da qualidade e da equidade da educação. A privatização da educação, especialmente através da BNCC, é apontada como uma ameaça à democratização do ensino e ao papel das universidades públicas.

Além disso, os artigos ressaltam a importância da resistência histórica da classe trabalhadora brasileira na defesa dos direitos educacionais e na promoção de uma educação de qualidade. Os autores argumentam que a luta contra as medidas de contra reforma não deve ser dissociada da necessidade de superar as estruturas do capitalismo dependente, destacando a importância de uma abordagem mais radical para alcançar uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva. Portanto, ressalta-se a necessidade de uma abordagem crítica e engajada na defesa de políticas educacionais que priorizem a qualidade, a equidade e a participação democrática.

Referências

- [1]. Andrade, M. C. P.; Motta, V. C. Base Nacional Comum Curricular E Novo Ensino Médio: Uma Análise À Luz De Categorias De Florestan Fernandes. *Revista Histedbr On-Line*, Campinas, Sp, V. 20, P. E020005, 2020.
- [2]. Branco, E. P. Et Al. Uma Visão Crítica Sobre A Implantação Da Base Nacional Comum Curricular Em Consonância Com A Reforma Do Ensino Médio. *Debates Em Educação*, V. 10, N. 21, 2018.
- [3]. Cássio, F.; Goulart, D. C. A Implementação Do Novo Ensino Médio Nos Estados: Das Promessas Da Reforma Ao Ensino Médio Nem-Nem. *Retratos Da Escola*, [S. L.], V. 16, N. 35, P. 285–293, 2022.
- [4]. Costa, M. O.; Silva, L. A. Educação E Democracia: Base Nacional Comum Curricular E Novo Ensino Médio Sob A Ótica De Entidades Acadêmicas Da Área Educacional. *Revista Brasileira De Educação*, V. 24, 2019.

- [5]. Marx, K. O Capital - Livro I – Crítica Da Economia Política: O Processo De Produção Do Capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- [6]. Nahirne, A. P.; Boscarioli, C. A Educação Do/No Campo Na Base Nacional Comum Curricular E Na Reforma Do Novo Ensino Médio: Desafios Para O Ensino De Matemática. Revemat - Revista Eletrônica De Educação Matemática, 2023.
- [7]. Rocha, M.; Muniz, M. L.; Christófaro, G. C. Resistir E Existir: O Ensino-Aprendizagem De Arte Nos Projetos Integradores Do Novo Ensino Médio. Revista Cena, V. 22, N. 38, P. 01-09, 2022.